政府印刷局

批示綱要數件

博彩合約監察處

批示綱要一件

聲明書一件

澳門保安部隊

司令部：

聲明書一件

治安警察廳：

批示綱要數件

聲明書數件

水警稽查隊：

批示綱要一件

聲明書數件

司法警察司：

聲明書一件

社會復原所

批示綱要一件

社會工作處

批示綱要一件

官署文告

建設計劃協調廳佈告 關於招考填補行政團體

三等書記兼打字員數缺准考人臨時名單

民政廳佈告 關於考升辦公室團體二等書

記兼打字員應考人確定成績表

民政廳佈告 關於招考填補辦公室團體三等書記兼打字員將設或空置數缺考試事宜

民政廳佈告 關於招考填補辦公室團體三等文員數缺應考人確定成績表

民政廳佈告 關於招考填補三等書記兼打字員數缺應考人確定成績表

財政司佈告 仰關係人到領港務局一已故退休濬河員遺下之遺屬贍養金

財政司佈告 仰關係人到領水警稽查隊一已故退休三等警員遺下之遺屬贍養金

財政司佈告 關於招考填補二等收銀員應考人成績表

財政司佈告 關於一九八三年五月份本地區總庫活動概況

澳門立契官公署佈告 關於招考臨時書記數件事宜

經濟司佈告 關於開設一名為「皇冠電子廠」工業場所之申請許可事宜

經濟司佈告 關於一名為「恆利」工業場所之遷址許可之申請事宜

經濟司佈告 關於一名為「力新塑膠製品有限公司」工業場所遷址許可之申請事宜

保安部隊司令佈告 關於地區招募委員會一九八三年第二期地區治安服務女性准考人體格檢驗結果

保安部隊司令佈告 關於男性參加一九八三年度第三期地區治安服務報名事宜

保安部隊司令佈告 關於女性參加一九八三年度第二期地區治安服務准考人確定名單

水警稽查隊佈告 關於考升副區長考試事宜

水警稽查隊佈告 關於考升女性副區長考試事宜

水警稽查隊佈告 關於考升二等警員考試事宜

法律文告及其他Tradução feita por *António José Lai*, intérprete-tradutor principal**GOVERNO DE MACAU****Decreto-Lei n.º 29/83/M**

de 25 de Junho

A experiência resultante do funcionamento do Juízo de Execuções Fiscais tem demonstrado a conveniência em rever alguns dos mecanismos de natureza processual consignados no Código de Execuções Fiscais, aprovado pelo Decreto n.º 38088, de 12 de Dezembro de 1950, de modo a tornar mais expedito o andamento dos processos.

Aproveita-se o ensejo para consagrar o princípio da identificação profissional dos respectivos funcionários, através da criação do cartão de identidade que, para segurança dos executados, aqueles deverão exhibir sempre que efectuam diligências fora das instalações do Juízo.

Nestes termos;

Ouido o Conselho Consultivo;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 1 do artigo 13.º do Estatuto Orgânico de Macau, promulgado pela Lei Constitucional n.º 1/76, de 17 de Fevereiro, o Governador de Macau

decreta, para valer como lei no território de Macau, o seguinte:

Artigo 1.º São alterados, pela forma abaixo indicada, os seguintes artigos do Código de Execuções Fiscais:

Art. 20.º

§ único. Os funcionários referidos neste artigo usarão, no exercício das suas funções, um cartão especial de identificação profissional, conforme o modelo a aprovar por portaria do Governador.

Art. 57.º

1.º

2.º Se na execução por dívida do imposto ou ónus sobre propriedade imobiliária se verificar que a liquidação foi feita a quem, já não sendo possuidor do imóvel, não era obrigado ao imposto, o escrivão informará no processo o que averiguar e fá-lo-á concluso para que o Juiz mande citar o proprietário ou possuidor responsáveis pelo pagamento do imposto. Será também citado o actual proprietário do imóvel quando se trate de dívidas da responsabilidade de anteriores proprietários, com referência a prédios transmitidos a terceiros, se, por qualquer motivo, a cobrança não puder fazer-se dos originários deve-

dores, salvo o caso em que essas transmissões se hajam operado por arrematação judicial.

3.º

4.º

5.º

6.º Quando se ignorar a residência do devedor de impostos pessoais, proceder-se-á, na parte aplicável, em conformidade com os artigos 239.º e 248.º a 251.º do Código de Processo Civil, sem necessidade de observância das diligências no n.º 3.º do citado artigo 239.º

Nos processos por dívida inferiores a 5 000 patacas a citação será feita por um único edital afixado na porta da última residência do contribuinte e, se esta for desconhecida, na porta do juízo fiscal.

Art. 153.º Em todos os casos em que haja lugar à publicação de anúncios, esta só se fará quando a quantia exequenda for superior a 5 000 patacas.

Art. 205.º Quando do processo se mostre que o devedor não tem bens, ou tendo-os estes são impenhoráveis será a dívida julgada falha por despacho do Juiz das Execuções.

§ 1.º O despacho a que alude o presente artigo será precedido de informação sobre a insolvência do devedor, a solicitar à Direcção dos Serviços de Finanças que a deverá fornecer no prazo de 30 dias.

§ 2.º Quando a execução corra por deprecada, ou quando tenha sido expedida carta para penhora e se lavre auto de diligência no juízo deprecado, o processo será devolvido ao juízo deprecante com a informação exigida neste artigo.

Art. 256.º

§ 1.º

§ 2.º

§ 3.º

§ 4.º Sem prejuízo de outras despesas especialmente previstas serão incluídas em custas a final as seguintes:

a) Com a publicação de anúncios e franquias postais;

b) Remunerações a pessoas que intervierem no processo ou coadjuvarem em alguma diligência;

c) Com serviços prestados para o regular andamento do processo;

d) Com a prática de quaisquer actos ou operações que devam ser efectuadas em cumprimento da lei.

Assinado em 21 de Junho de 1983.

Publique-se.

O Governador, *Vasco de Almeida e Costa*.

Decreto-Lei n.º 30/83/M

de 25 de Junho

São várias as atribuições cometidas à Direcção dos Serviços de Finanças que determinam contactos de certa espe-

cificidade de alguns dos seus funcionários com o público em geral, nomeadamente no que se refere a questões de natureza fiscal.

A circunstância de nesse relacionamento serem conferidos aos agentes da Administração poderes especiais de autoridade, a que corresponde por parte dos Administrados o dever de obediência, justifica plenamente a necessidade da criação de cartões especiais de identificação que permitam aos últimos assegurar-se de autenticidade da qualidade profissional invocada pelos primeiros.

Nestes termos;

Ouvido o Conselho Consultivo;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 1 do artigo 13.º do Estatuto Orgânico de Macau, promulgado pela Lei Constitucional n.º 1/76, de 17 de Fevereiro, o Governador de Macau decreta, para valer como lei no território de Macau, o seguinte:

Artigo 1.º O artigo 87.º do Decreto-Lei n.º 27-G/79/M, de 28 de Setembro, passa a ter a seguinte redacção:

Artigo 87.º

(Prerrogativas)

Para o bom desempenho das suas atribuições, fica o director dos Serviços e o inspector de Finanças dispensados de licença de uso e porte de arma de defesa.

Art. 2.º É aditado ao diploma referido no artigo anterior, um novo artigo, com o n.º 87.º-A e a redacção seguinte:

Artigo 87.º-A

(Cartão de identificação)

Os funcionários referidos no artigo 87.º bem como todos os que genérica ou especialmente sejam incumbidos de funções de inspecção fiscal, usarão no exercício das suas atribuições um cartão especial de identificação profissional conforme modelo que vier a ser aprovado por portaria do Governador.

Assinado em 21 de Junho de 1983.

Publique-se.

O Governador, *Vasco de Almeida e Costa*.

Decreto-Lei n.º 31/83/M

de 25 de Junho

Convindo promover a implementação do registo, no Território, das sociedades comerciais;

Sendo recomendável a adopção de procedimento idêntico ao usado em Portugal;

Ouvido o Conselho Consultivo;